

OS COMEÇOS DE UMA LUTA SEM TRÉGUA
Uma abordagem às origens da guerrilha colombiana

Jesus Izquierdo

RESUMO

Este texto é uma tentativa de abordar, desde uma perspectiva histórica, o processo de configuração do *habitus* guerreiro nos grupos de autodefesa camponesa que, posteriormente, inspirados em doutrinas de cunho revolucionário, se constituíram na base social do autodenominado grupo guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular (FARC-EP.). O ponto de partida para tal abordagem são os conflitos agrários de luta pela terra entre camponeses assalariados e latifundiários.

Palavras-chave: Colômbia; conflito; poder; violência; guerrilha.

INTRODUÇÃO

No cerne das ciências humanas, falar das origens do fenômeno guerrilheiro colombiano é um instigante desafio. As diversas abordagens emergem de distintos olhares, por vezes condicionados pelos lugares sociais a partir dos quais são lançados. Assim, se examinarmos os arquivos do Estado, as FARC-EP são tidas como uma simples perversão política. Para alguns setores da mídia, a guerrilha é tida como a maior força desestabilizadora do Estado colombiano, enquanto que para outros a guerrilha é uma organização armada que fez do cultivo e da comercialização de cocaína o caminho de inserção nos círculos da nova ordem do capital. No senso comum, predomina a idéia de ver na guerrilha uma forma ofensiva da luta de rebeldes contra o sistema econômico e o regime político vigentes. Por último, caso orientemos nosso olhar pelas conclusões dos pesquisadores, teremos de considerar a idéia de que a guerrilha surgiu como a arma defensiva do povo, consolidada durante um longo processo histórico, marcado por diversas práticas de violência física no âmbito das lutas partidárias.

Embora as versões explicativas das origens do fenômeno guerrilheiro colombiano sejam abundantes, elas não conseguem exprimi-lo plenamente, dada a versatilidade de formas que esse fenômeno possui. Contudo, pode-se afirmar que a existência da guerrilha na Colômbia é um fato antigo. Já no século XIX apareciam grupos armados, apresentando-se como organizações clandestinas que lutavam por causas diversas, cujo cotidiano era participar de disputas agrárias,

ora de confrontos político-partidários, ora de meras rixas comerciais, como foram as violentas lutas pelo monopólio da borracha, da banana ou da mineração¹. Uma característica marcante desses grupos é que eles se enquadravam como grupos de autodefesa, cuja dissolução acontecia quando as hostilidades e ameaças dos inimigos cessavam. Com o advento da democracia, foram as disputas partidárias que marcaram esse processo histórico de consolidação de alguns grupos de autodefesa camponesa, os quais se tornaram, já na década de sessenta, movimentos revolucionários. De modo singular, o comunismo, mais que qualquer outra ideologia, contribuiu para que algumas organizações guerrilheiras superassem a fugacidade de sua existência e transformassem a razão de suas lutas - que não se limitavam à mera resolução de assuntos imediatos, mas à busca de transformações estruturais de caráter nacional.

Dos diversos grupos guerrilheiros que surgiram na Colômbia, neste texto tentarei abordar a origem das FARC-EP, grupo guerrilheiro que na atualidade se revela como o mais antigo do mundo e, provavelmente, como a melhor expressão das lutas revolucionárias no século XXI. Seu intento de disputar o poder leva mais de quarenta anos. Nesse percurso, o grupo tem crescido de tal maneira que, atualmente, seu poderio econômico, político e militar o transformou no maior adversário do Estado colombiano e num ator político de cunho internacional.

No cotidiano da vida colombiana, as ações da guerrilha não se destacam tanto por seu discurso político, quanto por sua infatigável corrida armamentista. No entanto, essa tendência para resolver os assuntos políticos pela mediação da violência, não é um surto do acaso, nem uma reação espontânea. No percurso deste texto, tentaremos perceber as causas sociais que levaram esse grupo a fazer das práticas violentas sua principal marca de distinção social. Assim, no ato de observar as diversas atividades das FARC-EP, poderemos constatar que na manifestação atual do *habitus guerreiro*² do mencionado grupo, há um hiato entre as determinações passadas que o produziram e as determinações atuais que o interpelam. Nosso objetivo é verificar que as ações violentas que o produziram, outrora foram expressões da racionalização de uma guerra que se justificava pelo fato de estar em função da autoproteção de indivíduos e grupos ameaçados por forças poderosas, mas, que com o passar do tempo, essas mesmas ações violentas se tornarão o meio privilegiado para lutar pela concreção de utopias revolucionárias.

Na tentativa de realizar essa incursão analítica, será necessário destrinçar a combinação de uma série de fatores de ordem social, política e econômica, assim como também desvendar o emaranhado social em que se deram as condições necessárias para a gênese desse grupo. Para tanto, optei por seguir a trilha oferecida pela história dos conflitos sociais que se geraram nas

zonas rurais do país, onde grupos de camponeses lutavam contra aquilo que parecia ser sua sina: uma vida marcada pelo abandono do Estado e inserida numa agricultura de subsistência. Nossa incursão analítica se situa entre as décadas de trinta a sessenta, onde se encontra a gênese das FARC-EP.

LIBERAIS E CONSERVADORES

A agitada vida política nacional foi um dos fatores sociais que mais condições propiciou para a formação e o posterior desenvolvimento dos grupos guerrilheiros na Colômbia. Os estudiosos do conflito armado colombiano são unânimes em afirmar que a intervenção violenta do Estado, na esfera política, contribuiu sobremaneira para a configuração desses grupos. Vários fatos da história do país parecem confirmar essa hipótese. Entre esses fatos, destaca-se a tendência do Estado colombiano para usar a violência contra tudo aquilo que se apresente como ameaça na disputa pelo poder, ocasionando, em consequência disso, as mais diversas manifestações de contraviolência.

Remontado às origens da vida republicana, pode-se perceber que depois de conquistar a independência dos espanhóis, animado pelo anseio de viver o espírito da democracia e da liberdade, o Estado emergente, representado por uma reduzida elite política, convocou todos os setores da nação a se unirem em torno de um objetivo comum: elaborar, no Congresso de Cucuta, em 1821, a Carta Magna do país. O texto constitucional definiu os lineamentos para garantir as liberdades individuais, reconheceu as autoridades eleitas pelo sistema de voto e organizou as atribuições para os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Não obstante, nos meandros da Constituição, o Executivo conseguiu atribuir para si faculdades que lhe conferiam uma posição privilegiada, dando a impressão de que, diante dos outros poderes do Estado, era um “*super-poder*”.

Inspirados pelo humanismo proclamado na Revolução Francesa, os próceres da pátria ensinaram que a titularidade do poder pertencia ao povo. Entretanto, o conteúdo da Constituição foi engendrado tão-somente pela minoria que participava da vida política do país. O engenho das elites assentadas no poder criou uma série de artifícios que excluía as grandes massas populares dos processos democráticos.

A sucessão dos governos passou a se dar em meio a manifestações de inconformidade social em diversos setores do país. Tal inconformidade advinha da insatisfação com a Administração Pública que, desde o começo, se mostrou clientelista e excludente. O poder político

no país foi disputado pelos dois partidos tradicionais, o Liberal e o Conservador³, cujas raízes ideológicas se encontram, respectivamente, na Revolução Francesa e nos valores essenciais trazidos pelo colonialismo espanhol.

Embora o Partido Liberal contasse com um número significativo de adeptos em suas fileiras, o Partido Conservador se assentou no poder praticamente por todo o século XIX, até 1930. Durante o período da “*hegemonia Conservadora*”, instaurou-se no país um modelo de desenvolvimento bastante afetado pelas sucessivas crises fiscais, que impediram o governo de criar condições necessárias para mudar a problemática social concernente às relações conflituosas entre capital e trabalho. O capital estava monopolizado por poucas pessoas e as fontes de emprego eram escassas, o que gerou diversos conflitos de ordem nacional.

Uma marca do extenso período de governo conservador foi o uso da violência contra o Partido Liberal. As perseguições políticas eram evidentes, as elites locais do governo usavam a polícia ou financiavam “*milícias*” privadas com dinheiros públicos para perseguir seus oponentes. A causa dessas lutas interioranas obedecia à obsessão das elites regionais pelo poder local. No dizer de Bushnell⁴:

Não se pode descartar a tese de que a luta político-partidária [nas primeiras décadas do século XX] girava em torno das rivalidades pelo controle dos cargos burocráticos, do exíguo capital guardado pelos cofres públicos ou simplesmente do status que conferiam os altos cargos, sendo muito limitadas as possibilidades de medrar ou de figurar na atividade econômica privada em razão do estancamento secular. Por que não procurar na política uma alternativa? [...] A arraigada politicagem contribuiu, sem dúvida, para produzir violência, pois as derrotas nem sempre eram aceitas pacificamente; nessas ocasiões, um pouco de violência preventiva se esgrimia como tática para impedir a votação inimiga (em SANCHEZ - PEÑARANDA, 1986:75).

A violência que emanava da agitação política, quer por convicções ideológicas, quer pelo interesse daqueles que pretendiam o monopólio do poder político e econômico do país, foi o motor que dinamizou uma série de processos sociais.

O Partido Conservador manteve-se no poder até 1932, quando os Liberais assumiram o comando do país. Até então ser conservador era motivo de honra. Os prosélitos desse Partido se sentiam amparados pelo Estado e se beneficiavam das alianças assinadas com outras instituições tradicionais (latifundiários, militares, capitalistas e clérigos), ostentadoras de algum tipo de privilégio.

Até a década de sessenta, a população se concentrava de forma majoritária nas zonas rurais do país. A terra era administrada por latifundiários, sem nenhuma fiscalização do Estado. Nessas zonas, a economia adquiria vitalidade na agricultura e na pecuária, e o contexto social era marcado por violentas disputas políticas. Nesse contexto, é razoável concluir que as possibilidades das camadas pobres de realizar aspirações pessoais eram bastante reduzidas. Charles Bersquit, comentando o modo de vida dos pobres dessa região até a década de cinquenta, afirma que as famílias se caracterizavam pelo número significativo de membros e por uma economia de auto-sustento. Moravam em pequenas casas construídas artesanalmente com madeira, as quais não dispunham de unidade sanitária. As vilas careciam de estrutura de esgoto e água potável, assim como de centros de ensino para crianças e jovens. A maior parte da população padecia de parasitas intestinais e 95% sofria de anemia tropical pela subnutrição. O mesmo autor afirma que, até duas décadas atrás, as principais causas de mortalidade nas regiões cafeeiras eram a malária e a febre amarela⁵.

Para quem nasce numa realidade como essa, a existência parece condenada a contradições e tensões, dado que nesses lugares periféricos a gama de funções e de alternativas de ascensão social são bastante restritas. No pensamento comum tem-se a impressão de que a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso na realização dos projetos pessoais depende da capacidade individual. É provável que tal impressão tenha sido herdada das sociedades industriais, as quais acreditavam que toda e qualquer pessoa pudesse encontrar uma tarefa significativa e gratificante na vida, desde que se esforçasse por consegui-la. Mas tal impressão é falaciosa. No caso dos camponeses pobres que trabalhavam como peões nos grandes latifúndios colombianos, as possibilidades de ascensão social eram bastante restritas.

A região cafeeira do oriente da Cordilheira dos Andes, foi o epicentro dos mais significativos conflitos agrários. Entre 1920 e 1940, a distribuição da terra obedecia a antigos modelos de atribuição da propriedade por título público do governo a particulares. O critério freqüente a ser observado era o da afinidade política ou o do usucapião. Distinguiam-se, às claras, dois tipos de proprietários: os latifundiários, possuidores das mais fecundas e extensas terras, e as pequenas parcelas familiares de camponeses pobres que, com freqüência, se situavam em ladeiras pouco produtivas.

Os modos de produção e a disparidade na propriedade da terra foram moldando as características da estrutura social dessa região. Embora as condições de vida entre os latifundiários e os pequenos proprietários fossem de grande contraste, essa realidade era desconhecida ou

carecia de importância para o governo central. Nas conclusões do censo realizado nessa região, e publicado em 1932, afirma-se:

Todos esses dados interessantes e verdadeiramente surpreendentes demonstram que a indústria cafeeira é não somente o fator fundamental e decisivo de nossa economia nacional, como também, por sua vez, constitui um elemento admirável de equilíbrio social, já que, devido à natureza mesma de sua organização e as circunstâncias excepcionalmente favoráveis para brindar trabalho adequado e quase permanente a mulheres e crianças, está fazendo realidade, em forma automática e sem necessidade de nenhuma lei de expropriação, o fenômeno da divisão da propriedade⁶.

Pelo teor otimista do documento, não se sabe se houve excesso de ufanismo ou uma explícita manifestação de cinismo por parte dos representantes do Estado.

No entanto, em passos lentos, mas, certos, os camponeses pobres começaram a perceber a grande brecha que os distanciava de uma vida digna e satisfatória. Esse fato, gradativamente, foi gerando uma série de tensões que os impulsionaram a lutar por mudanças estruturais na sociedade. Como se sabe, a vida em comum carrega a sombra constante da insatisfação e do conflito, dado que só pode haver uma vida comunitária mais livre de perturbações e tensões se todos os indivíduos dentro dela gozarem de satisfação suficiente; e só poderá haver uma existência individual mais satisfatória se a estrutura social vigente for favorável à realização das aspirações individuais.

A REVOLUÇÃO EM MARCHA

Em 1930, há uma guinada na vida política nacional. Derrotados nas urnas, os conservadores entregam o poder aos liberais na pessoa de Olaya Herrera (1930-1934), que declarou fim às décadas da “*República Conservadora*”. O discurso do novo mandatário e de seus sucessores liberais até 1946 tinha um tom reformista. Prometia-se a execução de todo um processo de renovação social; porém, durante os 16 anos de governo liberal, não se realizaram as ações necessárias para atender as mesmas demandas que desgastaram o governo conservador.

O governo liberal teve algumas realizações. Em nível político, quebrou o continuísmo da administração conservadora, implementando, através de uma série de reformas constitucionais, uma democracia emancipada de valores transcendentais e fundamentada em princípios sociais. Na esfera econômica, as reformas sociais feitas no período liberal perseguiram uma finalidade antes de tudo política: a de manifestar, mediante um pacto social, que a política entrava em sua fase democrática. Para Pecaú⁷, uma das heranças dos anos de governo liberal foi a inserção do país no

mundo capitalista, muito embora não se tenha alterado aquele contexto econômico tradicional, com claros traços de um regime feudal.

A acumulação de capital se deu em alguns setores de produção, excluindo amplas bases sociais. O país começou a exportar bens primários, como os provenientes do setor agrícola e de mineração, com lucros que só beneficiavam os grandes latifundiários. Nas áreas da indústria e da tecnologia, que poderiam ter contribuído para a geração de trabalho e renda, houve uma séria estagnação. O orçamento público foi desproporcional na distribuição dos gastos: privilegiaram-se a dotação das forças armadas e a manutenção do corpo burocrático, deixando de lado a educação, a saúde e a produção agrícola.

Em questões de ordem pública, com o governo liberal chegaram tempos de relativa tranquilidade nas zonas rurais. Num país onde o Estado se confundia, em boa parte, com as ramificações do partido no poder e onde os partidos constituíam sub-culturas separadas, a transição de um governo conservador para um liberal representava algo que parecia impossível. A vitória do Partido Liberal trazia a sensação de que as disputas violentas bipartidaristas chegavam ao seu fim e abria espaço para o processo de estabilização social. Com muito tato político, os líderes governistas criaram condições para possibilitar certa participação dos conservadores em seu governo. Em razão do projeto político de reformas econômicas, que gerariam melhores condições de vida para os colombianos, as lideranças políticas do país decidiram chamar esse período de governo liberal de “*Revolução em Marcha*”.

O Estado começou a executar uma série de políticas de proteção social do comércio, que beneficiavam especialmente o setor cafeeiro, e a abrir espaços para os investidores estrangeiros, que começavam a penetrar no país visando explorar setores potencialmente rentáveis, como o petróleo, a banana, a mineração e, principalmente, o ouro e as esmeraldas. Assim, animados pelo espírito capitalista, latifundiários e comerciantes aderiram ao Partido Liberal como uma forma de retribuir favores.

Do discurso à realidade, havia uma grande distância. O governo foi omissos na legislação do trabalho agrário. Os camponeses pobres começaram a rebelar-se pela maneira desmedida com que se explorava seu trabalho. Eles percebiam que, enquanto o trabalho físico nas plantações de café era exigente e cansativo, os fazendeiros, além de não contribuírem com mão-de-obra, angariavam lucros bastante superiores àqueles alcançados pelos colonos. Ademais disso, até mesmo o modo de pagar os salários consistia numa estratégia utilizada pelos latifundiários para

incrementar o lucro, dado que o faziam *in natura*, em medidas de café pesadas em balanças reguladas por eles mesmos ou por parentes próximos. A esse respeito, Isauro Yosa, agricultor camponês que se tornará um dos fundadores das FARC-EP, comenta: “[...] a fazenda não aceitava pesar o café se não fosse com suas próprias balanças, e todos nós sabíamos que eram adulteradas, carregadas para o lado deles[...]. Dessa forma nos espancavam duas vezes” (MOLANO, 1999:25). A dupla perda de que fala o depoente diz respeito ao que lhes subtraía a balança e ao prejuízo ocasionado pela inconveniência de receberem *in natura*. Como somente o dinheiro poderia comprar o que a terra não produzia e eram largas as distâncias entre as terras trabalhadas e os centros urbanos, não lhes restava outra alternativa senão vender o café dentro da própria fazenda a um preço bastante inferior ao estipulado pelo mercado.

Em meio a essas circunstâncias adversas, começaram a surgir líderes camponeses com grande força de articulação social. Movidos por esses líderes, os agricultores, amiúde, faziam surgir diversas manifestações de repúdio às iniciativas do sistema. Muitas dessas manifestações encontravam seu canal de expressão em práticas violentas, fato que levou os latifundiários a pressionar o Estado para tomar medidas de controle nas zonas rurais. No entanto, em 1931, um permissivo legal legitimou a criação de sindicatos nas cidades e nas zonas rurais. A intenção era que operários e peões tivessem algum ente que os defendesse e representasse diante dos patrões. Assim surgiram as Ligas Camponesas, cujo objetivo era zelar pelos interesses dos pequenos agricultores.

Em setembro de 1934, depois de uma chacina de 17 camponeses, perpetrada por organizações de segurança particular dos latifundiários, o Presidente da República afirmou que o Estado não poderia continuar ladeando apenas os proprietários de terra, nem dando forças a uma “*ordem feudal*” com um poder quase ditatorial nas zonas rurais do país. Ele proclamava a necessidade premente de uma renovação das normas jurídicas, que pudessem arbitrar esse tipo de conflito.

Estão em plena vigência legal, em todos os casos, procedimentos para submeter qualquer brote de rebeldia do trabalhador [...], mas não há ainda nenhum modo de operar sobre os proprietários de terra e grandes industriais para evitar conflitos com um critério mais humano, mais liberal, mais generoso, que corrija as injustiças e impeça a aplicação de alguns regulamentos de trabalho que mantêm o camponês sujeito a um regime feudal. O conceito invulnerável de propriedade privada na Constituição pode obrigar e obriga o governo, em cumprimento da lei, a rejeitar a mão armada ante a rebeldia dos colonos que não queiram submeter-se de bom grado a uma disposição jurídica que os expulsa de uma extensão de terra cultivada por eles, mesmo que de boa fé, em grande parte

dos casos introduzindo melhorias que não lhes são reconhecidas. Mas não existe a atribuição do governo em tempos normais para obrigar os empresários agrícolas a manterem um determinado nível mínimo de vida para que seus trabalhadores tenham dignidade e perspectivas (citado por PÉCAUT, 1987:151).

Os liberais manifestavam o desejo de exercer um governo que pudesse mediar as relações de trabalho em termos de equidade e justiça, tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas do país. Na prática, tudo ficou na retórica das boas intenções, dado que o Estado não conseguiu encontrar os mecanismos adequados para fazê-lo.

Entretanto, no seio do Partido Liberal emergia uma figura cativante: Jorge Eliecer Gaitan, líder que surgiu como o “*caudilho*” que representaria, perante o governo central, as causas dos operários e dos pequenos cultivadores de terra. O líder liberal organizou núcleos de ação política em diversas regiões do país, sem descuidar daquelas que estavam já se consumindo no meio do conflito agrário. Os camponeses das zonas cafeeiras, instigados pelo discurso de Gaitan, avivaram seu compromisso com a luta pelo equilíbrio nas relações de trabalho agrário, sua participação nas atividades políticas e nos alvissareiros projetos de reforma agrária e de proteção social ao trabalhador.

O clima de otimismo entre os camponeses crescia, o resgate de sua dignidade parecia um fato; porém, a resistência às elites dominantes começou a desencadear ações concretas, como a organização de comissões dos mesmos camponeses para fiscalizar o pagamento de salários. Yosa dizia: “*O pessoal contente e satisfeito apoiava a gente. Eles [os trabalhadores rurais] começaram a perceber que tinham direitos e se desafiavam a fazê-los respeitar. A prefeitura se manteve firme. Ao começo era só uma comissão, mas, aos poucos, se foram formando cinco, depois dez. Cada uma tinha sua própria balança*”. (MOLANO, 1999:25). As Ligas Camponesas⁸, com o aval dos governos locais, começaram a ganhar representatividade; elas passaram a ser o instrumento de coesão da classe trabalhadora e o canal através do qual manifestavam de maneira coletiva e organizada as vontades individuais. De maneira espontânea, os debates em torno de seus direitos trouxeram à mesa de discussão o tema da justiça social, o que acabou por levar os camponeses a despertar para outros tipos de aspirações para suas vidas.

A razão de suas lutas começava a mudar de feição. As ações das Ligas se ampliaram. De reclamar meramente o pagamento justo de salários e a transparência na forma como o mesmo era efetuado, passaram a exigir do Estado ações concretas que estabelecessem mecanismos que permitissem aos pobres satisfazer outras aspirações humanas além da fome.

As Ligas começaram a exigir o direito à posse da terra cultivável e abandonada pelos latifundiários que se declaravam legítimos proprietários. Os confrontos violentos com os latifundiários eram freqüentes e cada vez mais inevitáveis. A tensão trabalhadores/latifundiários alcançou níveis antes inimagináveis.

As vontades dos latifundiários encontravam forte resistência. As Ligas possuíam em seu favor um número significativo de componentes camponeses. Mas os latifundiários, além de ter seu vigor na posse dos meios de produção, administravam também o monopólio da violência que, com certa freqüência, era subsidiada pelo Estado, através da prestação de serviços de segurança por membros da força pública. Não há como duvidar: a sobrevivência do monopólio econômico é garantida pela existência do monopólio da força física.

Os camponeses continuaram em frente com seus projetos, abrindo novas trilhas para suas lutas. No dizer de Yosa: *“Das balanças do café passamos à organização e logo à terra mesma: a Liga começou a pensar no pessoal que não tinha terra onde trabalhar”* (MOLANO, 1999:26). O fato de trabalharem juntos em torno de uma causa comum, de pertencerem a uma organização comunitária que abrigava interesses coletivos, reforçou nos camponeses o desejo de opor resistência ao sistema que os encarcerava e lhes negava oportunidades de um futuro pleno de significado.

A propriedade da terra estava monopolizada por poucos latifundiários, os quais contratavam colonos para o cultivo de café. Dado que não possuíam moradia e sempre migravam de um latifúndio a outro a cada término de colheita, recorrentemente os homens⁹ levavam consigo suas famílias, o que findou por formar grupos significativos de colonos morando em condições precárias de vida. A necessidade de trabalho e a falta de espaço físico para construir a moradia e garantir a subsistência de centenas de famílias, motivou as Ligas a desencadear campanhas de invasão de terras. Assim, o conflito latente ganhou feições de confronto armado. A seguir, Isauro Yosa descreve as primeiras ações realizadas pela Ligas:

As Ligas deram uma orientação: roçar para semear, sem respeitar os terrenos baldios que os fazendeiros reclamavam para si. Fizemos comissões de cinquenta ou de cem homens para ir roçar o mato, fazer limpeza e semear. No começo, a polícia conseguia nos tirar do local, mas, aos poucos, perdeu-se o respeito pela autoridade. ‘Não mandar coisas impossíveis - dizia minha mãe - para não se ver desobedecido’ (MOLANO, 1999:26).

A invasão de terrenos abandonados tornou-se afronta para os latifundiários. Apoiados pela polícia, começaram a agredir os camponeses. Diante das hostilidades, em lugar de minguares sua força, os camponeses ganharam um ar renovador e adquiriram consciência de sua capacidade de luta. Alguns setores do governo se solidarizaram com as iniciativas das ligas e articularam, em 1936, a promulgação da Lei 200, lembrada como a “*Lei da Terra*”.

A mencionada lei foi pensada como uma forma direta de mediação do Estado nos conflitos de algumas zonas rurais do país e começou a marcar um novo capítulo na história das lutas populares colombianas. Lembrando o começo da execução da mencionada lei, Yosa comenta:

Por essa data saiu a Lei da Terra, a famosa Lei 200 de 1936. Eu era vereador e celebrei com o pessoal a publicação da lei como se nós mesmos a tivéssemos escrito. As Ligas se fortaleceram e os patrões se trancaram, ficaram muito fechados, até o ponto de importar administradores para domesticar os comunistas. Com essa Lei começou a se escutar falar do comunismo e o pessoal a apontar-nos como tal. A lei era rigorosa: dava 24 horas para o proprietário poder denunciar a invasão de um terreno. Tratava-se de madrugar. De madrugar para semear, de tal maneira que, quando clareasse o dia, a terra fosse da gente. Desmatávamos como doidos. Chegava a polícia e perguntava: ‘de quem é isto?’ Nós respondíamos: ‘De todos, aqui não tem dono, todos somos donos’. Aí foi que começou a coisa. Os patrões discutiam danados em Bogotá, enquanto nós semeávamos pencas de banana já crescidas (MOLANO, 1999:26-27).

Dessa forma, a promulgação da Lei 200 se constituiu num fenômeno legislativo sem precedentes.

A lei 200, além de criar instituições bancárias para crédito agrário, disciplinou a redistribuição de terras. Ela permitiu aos colonos tomar posse de áreas apropriadas para a agricultura, mas sub-aproveitadas pelos seus senhores. Embora os latifundiários tivessem forte representação no Senado, o critério para justificar a posse da terra restou assim problematizado: enquanto para os latifundiários era o direito de propriedade que a fundamentava, para o governo passou a ser o uso produtivo. No entanto, pela falta de mecanismos do governo que pudessem efetivamente garantir sua execução, uma das conseqüências dessa tentativa foi o desencadeamento de uma onda incessante de violência, que demarcou as zonas rurais do país como o cenário para o futuro conflito armado colombiano.

As expressões violentas do conflito começaram a ser mais envolventes e direcionadas a alvos concretos. Os líderes camponeses passaram a estar na mira dos latifundiários que, com a colaboração do governo local, tentavam reprimir o movimento camponês. Na interação dos dois

grupos em confronto há um curso lento, progressivo e facilmente identificável da metamorfose da violência. De um estado de tensão latente, passa-se a outro de hostilidade para, posteriormente, alcançar o estágio de confronto armado.

O uso da força física para os camponeses era um meio de autodefesa, enquanto para os latifundiários era a forma de reprimir a ação das Ligas e manter seu poderio. A intervenção das forças do Estado em favor dos latifundiários contribuiu significativamente para o revigoramento da violência. Provavelmente, a equação dos camponeses era: se o Estado usa a violência contra nós, então nós também devemos usá-la contra ele. Evidenciou-se assim, ainda mais, o processo de tensão de forças contrapostas, mostrando que em processos desse tipo é possível que exista uma regularidade quase universal na qual o grupo agredido se esforça para oferecer uma resposta ainda mais violenta à agressão recebida. A reciprocidade no empenho em opor violência superior àquela que lhe é dirigida traçou o roteiro de um processo crescente de agressões mútuas.

A “*Revolução em marcha*” não passou de um modismo. Os liberais não alcançaram o objetivo de inserir as classes menos favorecidas na dinâmica do progresso. Em lugar disso, o país se abriu para uma economia de livre mercado. O modelo capitalista tomava conta da economia nacional em moldes excludentes: beneficiando as tradicionais oligarquias e condenando milhões de pessoas a um processo de pauperização crescente. Em 1946, depois de 16 anos de governo, o Partido Liberal é derrotado e o Partido Conservador reassume as rédeas do poder. Nesse ínterim, descrentes das políticas sociais do governo, muitos camponeses decidiram filiar-se ao Partido Comunista Colombiano, acreditando que esse vínculo político fortaleceria suas lutas.

No processo de consolidação das lutas populares na Colômbia, mais que a ideologia liberal ou comunista, percebe-se que foi o peso da exclusão social, da pobreza e da exploração econômica, entre outros fatores alheios a ideologias, o que motivou os camponeses das Ligas a se opor ao sistema dominante. É necessário que se precise o móvel dessas lutas porque, com certa recorrência, a sua importância se vê apagada por um véu ideológico de marxismo ou de seus derivados, dando a impressão de que as circunstâncias concretas que atingem a vida dos indivíduos são menos inspiradoras ou percebidas apenas como um fator ocasional, periférico, sem força suficiente para justificar o envolvimento de seus defensores.

QUANDO O EU SE TRANSFORMA EM NÓS

Paralelamente ao retorno do Partido Conservador ao poder, no seio do liberalismo, a figura política de Jorge Eliecer Gaitan se consolidava. Homem perspicaz, de grande agilidade mental

para intuir as necessidades do povo e hábil guerreiro na arena política, formou uma frente de combate às oligarquias, que possuía representação nos partidos hegemônicos. Para Gaitan, mais do que fidelidade a um partido, era necessário ser fiel aos clamores do povo. Assim, com seu discurso, congregou as massas populares, sem se importar com a filiação liberal ou conservadora. Para ele, o importante era formar uma frente de combate que transcendesse o bipartidarismo tradicional e assumisse as feições da luta de classes, tão almejada pelo socialismo.

Com habilidade de articulação social, Gaitan construiu uma imagem política que atingia todos os setores sociais, dando a impressão de que, a partir dela, o povo conseguiria enxergar-se a si mesmo. Pela sua origem humilde, tornou-se o paradigma do homem colombiano que derrotaria a pobreza pelo esforço pessoal; com seu histórico acadêmico, inspirou respeito às elites intelectuais do país; com seu verbo inflamado e bem articulado, conseguiu reunir forças políticas diversas: camponeses, operários, empresários, intelectuais. Segmentos fortes de mobilização popular agitavam o país, aclamando-o como futuro presidente da nação. Gaitan era visto como a pessoa capaz de mudar o destino cego e caótico de um país que secularmente se mostrava entretido com as lutas partidárias em detrimento de outras questões essenciais de Governo.

No entanto, todas essas aspirações afundaram-se no caos. Gaitan caiu assassinado numa rua de Bogotá em 9 de abril de 1948. A morte de Gaitan foi sentida em todo o território nacional. As acusações mútuas pela autoria do crime entre prosélitos dos dois partidos ocupavam a ordem do dia e deram causa a um período de graves perturbações sociais, que ainda hoje é lembrado como “*A Violência*”.

Nesse período, registraram-se mais de trezentas mil mortes violentas. Embora nas cidades muitas manifestações públicas de repúdio tivessem se degradado em atos de vandalismo, foi nas regiões rurais do país que a violência fez mais vítimas. A impressão que se tinha naquela época era de que o país submergia num caos social que superava a capacidade de controle do Estado.

Na região onde operavam as Ligas Camponesas, as agressões entre latifundiários e camponeses adquiriram novo vigor, cada um fazendo uso da violência com todo o amálgama de possibilidades que tinha a seu alcance. Os latifundiários tinham recursos econômicos para comprar armas e contratar pessoal capacitado para atividades combativas; os camponeses das Ligas se organizavam comunitariamente para formar grupos armados e resistir aos ataques, dado que as investidas dos latifundiários eram focalizadas, sistemáticas e marcadas por atos de barbárie. Além

da rixa pela posse da terra, outro argumento utilizado para justificar suas agressões era o fato de os camponeses serem membros do Partido Comunista Colombiano.

As terras invadidas tornaram-se refúgio para camponeses desamparados, que fugiam de seus lugares tomados pelo terror. Como eles não contavam com nenhum tipo de proteção do Estado, as Ligas passaram a ser o seu refúgio. Diante das ameaças reais, a intuição alertava os camponeses. Eles sabiam que por maiores que fossem suas capacidades para o combate, por mais rigorosas que se mostrassem a vontade e a disciplina dos combatentes, por mais perspicazes que fossem sua inteligência e ousadia, eles sozinhos não poderiam preservar por muito tempo a vida das famílias congregadas no território ocupado. Para garantir maior segurança, era necessário aumentar a força de ataque e isso só seria possível pelo envolvimento de um número significativo de indivíduos com aptidão combativa, capaz de manter o equilíbrio de forças. Surgiram, assim, alianças com outros grupos em condições semelhantes. Dessas alianças surgiram assentamentos humanos com organização autônoma, indiferente às políticas do Estado.

Nos assentamentos, parecia concretizar-se o desejo de possuir uma terra que lhes possibilitasse uma vida mais digna e feliz. Os assentamentos tornaram-se a terra dos camponeses e para os camponeses - uma zona liberada da ditadura dos patrões, um lugar aberto para construir sonhos e acalentar esperanças, uma terra comum para trabalhar, produzir e vencer as angústias ocasionadas pela pobreza e pelo desamparo de um Estado ausente. Esses assentamentos tornaram-se o modelo daquilo que posteriormente seria denominado pela oligarquia colombiana como as “*Repúblicas Independentes*”.

No começo da década de sessenta, assentamentos comunistas como El Davis, El Pato, Guayabero, Cimaçota, Rio Chiquito e Marquetalia chamavam a atenção nacional. O Partido Conservador assumiu o governo na figura de Guilermo Leon Valencia (1962-1966). No roteiro de sua política figurava como prioridade a segurança nacional, e como alvo principal para combater foi declarado o Partido Comunista. O primeiro passo dos conservadores nessa direção era eliminar as “*Repúblicas Independentes*”. Para um Estado que experimentava um progressivo enfraquecimento, a realização de um ataque espetacular significaria uma grande demonstração de força e uma tentativa válida para recuperar a confiança dos seus opositores e congregar forças políticas dissidentes. Para os camponeses, a tomada do poder por parte do Partido Conservador era o prenúncio de uma ofensiva militar justificada com princípios constitucionais.

Uma das estratégias utilizadas foi a formação das “*brigadas de paz*”, uma iniciativa política que era apresentada como uma campanha de assistência social¹⁰ às regiões de incidência do Partido Comunista. Enquanto o governo afirmava que as “*brigadas de paz*” eram uma tentativa de levar às comunidades periféricas a assistência do Estado para facilitar sua inserção social e assegurar seu desenvolvimento humano, os camponeses interpretavam essas iniciativas como meras estratégias para infiltrar agentes da força pública no meio das comunidades e liquidar sistematicamente seus líderes.

Ciro Trujillo, líder de um dos assentamentos comunistas, em carta dirigida a um general da República, justificando a rejeição às tentativas de aproximação do governo, manifesta:

Nossa região é conformada por mil e oitocentos sítios onde temos gado, porcos e galinhas. Os valores somados, representados pelos bens de nossa propriedade, se aproximam de 40 milhões de pesos. Por isso nós dizemos que o que estimula a cobiça dos grandes latifundiários [...] é o desejo de estender seus latifúndios a nossos sítios, querendo enriquecer às custas de nosso suor, das privações e sofrimentos em tantos anos de luta [...]. As coisas não são assim, Senhor Major General. As gangues de ‘pajaros’ [policiais], assassinos e ladrões estimulados, armados e pagos com salário do governo, têm-se constituído em provocadores a serviço de uma política de violência que, sem dúvida, não é como a nossa, uma coletividade camponesa dedicada ao trabalho e à luta pela paz e pelo progresso da região (ALAPE, 2002:49).

A desconfiança dos camponeses era justificada, dado que no contexto nacional percebia-se que o governo continuava satisfazendo os interesses das minorias, mediante o uso das velhas práticas “*clientelistas*”.

A burguesia colombiana nunca foi consciente dos problemas que atingiam as zonas rurais do país. A real dimensão do conflito agrário lhe era desconhecida, assim como a razoabilidade dos protestos dos camponeses. A causa dos conflitos nas zonas rurais continuava sendo a mesma: a pobreza de grandes setores da população rural.

Em 1964 o esperado aconteceu. O governo tomou a decisão de “*recuperar*” os territórios dominados pelos comunistas. O primeiro assentamento escolhido foi Marquetalia, formado sob a liderança de Manuel Marulanda Vélez, ou “*Tiro Fijo*”. Esse assentamento situava-se numa pequena aldeia na parte oriental da Cordilheira dos Andes, cujo terreno se caracterizava pela fertilidade do solo e pela topografia espessa que dificultava o acesso. Pressionados por essa ameaça latente, os camponeses procuraram, pela mediação de alguns políticos e intelectuais, falar

com o governo central¹¹. Mas toda tentativa para evitar a invasão armada a Marquetalia lhes foi negada.

A “*operação Marquetalia*” começou em 27 de maio de 1964. O operativo contava com a participação de um batalhão de 16.000 soldados, 10 aviões e de toda a tecnologia bélica de que dispunham os militares. A justificativa para uma ofensiva militar desse porte era a suspeita de que nesse lugar existisse um exército comunista forte, que contava com armamento pesado e de grande potência e com o apoio logístico e militar da Rússia. Os camponeses de Marquetalia previam para 18 de maio a invasão militar. Assim, desde o início do mês desocuparam suas casas, espalharam as famílias em diversos lugares e fizeram os preparativos para o confronto. Para eles, a “*invasão*” não era uma experiência nova, pois a violência partidária há tempos os tinha adestrado para a defesa e o ataque em desigualdade de condições. Esses tempos de violência os obrigaram a amargar as penúrias e os desapegos que o êxodo implicava. Mas havia uma diferença com os confrontos antigos. Nas lutas pela terra, os camponeses estavam com suas famílias e não se viam obrigados a abandonar seu território. No confronto de Marquetalia, o desafio era distinto e o núcleo familiar não mais podia estar envolvido.

Os camponeses organizaram um pequeno exército com aqueles que estavam em condição de combate: os filhos e os esposos ficavam para lutar e tentar conservar o domínio “*da terra que tinham conquistado com trabalho*”. Na versão dos guerrilheiros, eles não dispunham de arsenal militar e as armas que improvisaram eram as ferramentas usadas para a lavoura do campo. Jacobo Arenas, um dos combatentes “*marquetalianos*”, descreve assim o confronto:

Em Marquetalia, 16.000 homens não alcançavam nem sequer em pé, pois o nosso espaço era muito pequeno e a operação, aliás, a agressão, era em todas as áreas adjacentes. Foi assim como começou a briga entre 16.000 soldados e 42 camponeses que não eram guerrilheiros, senão agricultores que só queriam viver em paz com suas mulheres e seus filhos. Mas, diante da agressão, tiveram que se levantar e se defender, transformando-se então em guerrilha móvel, comandada por Manuel Marulanda Vélez (ARANGO, 1984:31).

Os camponeses planejaram sua defesa usando como método a guerra irregular, o mesmo método que usaram em décadas passadas: atacar de surpresa, agredindo e retirando tudo o que podiam (armas, fardas, alimentos e equipamentos de dotação militar), para logo se dispersar, embrenhando-se nos campos, em seguida na população civil e, por fim, em algum lugar previamente escolhido, onde o guerrilheiro se uniria aos demais para avaliar as ações realizadas e planejar um novo ataque.

O combate contra as Forças do Estado começou em 27 de maio de 1964, data em que se celebra oficialmente o nascimento das FARC-EP. As previsões dos militares eram de concluí-lo em 15 dias, mas, pela destreza dos camponeses, prolongou-se por mais de quatro meses. A finalização desses embates foi celebrada com espírito de vitória pelas duas partes em confronto. Para o Exército, a posse simbólica da região de Marquetalia significou recuperar para o Estado a soberania sobre esse território. Já para os camponeses, além de ter sobrevivido a um combate tão desigual, essa batalha significou uma vitória pelo fato de ter-se constituído na melhor maneira de manifestar ao Estado sua força e seu poder combativo. Enquanto os camponeses perderam dois combatentes, o número de baixas no exército ainda hoje se mantém no silêncio. Os implementos que os camponeses tiraram do Exército tornaram-se o material de dotação de seu nascente exército revolucionário.

EM CONCLUSÃO

Foi assim como começou a guerra revolucionária que tem trazido tantos custos à nação. Marquetalia tornou-se referência dos começos de uma luta sem trégua, ela abriu a porta para uma nova forma de resistência social que hoje sangra a nação colombiana. O conflito armado iniciado em maio de 1964 transcendeu o limiar das zonas rurais para tomar conta do país. Na medida em que se espalha, ele se alimenta de recursos materiais incalculáveis e de enormes sacrifícios humanos. Na versão dos guerrilheiros¹², tudo isso se poderia ter evitado com uma atitude mais tolerante e menos ditatorial do governo central para com aqueles movimentos de resistência popular.

Minha pretensão foi mostrar a maneira através da qual, na constelação das mais diversas interações humanas, surgiu uma instituição guerrilheira que é hoje referência mundial das lutas revolucionárias. Como foi exposto no percurso deste texto, na gênese da guerrilha colombiana, trançam-se a política, a economia, a força das mais diversas instituições e, principalmente, os sonhos e utopias, fracassos e vitórias, alegrias e tristezas de pessoas concretas. As causas que possibilitaram o surgimento dessa força subversiva continuam sendo as mesmas que legitimam o discurso das FARC-EP: a exploração no campo, o monopólio econômico, os surtos de violência e a intervenção beligerante das instituições públicas. Com este exercício conceitual de revisão do passado, só pretendo colocar em evidência que as causas que deram origem a guerrilha ainda fazem parte da realidade nacional colombiana. Dessa sorte, resta dizer que enquanto essas causas continuam vigentes, a paz social da Colômbia, pela resolução do conflito armado, continuará distante.

Bibliografia

ALAPE, Arturo. Tirofijo: Los Sueños y las Montañas, 2ª Edición. Santafé de Bogotá: Editorial Planeta, 2002.

ARANGO Z., Carlos. Las FARC-EP - Veinte años. De Marquetalia a la Uribe, 2ed. Bogotá: Ediciones Aurora, 1984

Editorial, “El Censo Cafetero” en Boletín de Estadística 1:15, febrero, 1933, pg.117.

MOLANO, Alfredo. Trochas y fusiles. Bogotá: El Ancora, 1999

PÉCAUT, Daniel. Orden y violencia: Colombia 1930-1954, Vol. I, Bogotá: Siglo Veintiuno Editores, 1987.

SÁNCHEZ, Gonzalo, PEÑARANDA, Ricardo. Pasado y presente de la violencia en Colombia. Bogotá: Cerec, 1991.

NOTAS

¹ Sobre os grupos armados que antecederam os movimentos revolucionários considero oportuno ler o estudo publicado em SANCHEZ/PEÑARANDA, 1986:73-222.

² *Habitus* é uma noção antiga, usada originariamente sob o nome de *hexis* no pensamento aristotélico. Aparece na época medieval, na *Summa Theologiae* de Tomás de Aquino, traduzido no latim como *habitus* (particípio passado do verbo haver que designa ter ou possuir). Embora tenha sido usado em trabalhos de diversos autores, foi Pierre Bourdieu, na década de sessenta, quem o conceitualizou com maior precisão, na tentativa de forjar uma teoria que permitisse desconstruir a oposição latente nas diversas tradições de pensamento entre indivíduo e sociedade. Pelo uso, o conceito de *habitus* nos permitirá captar o modo como a sociedade se explicita nas pessoas, sob a forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas que levam o indivíduo a pensar, sentir e agir em sintonia com o meio social onde está inserido. Ao falarmos de *habitus guerreiro*, estaremos referindo-nos àquele saber social que induz os membros desse grupo a resolver situações de tensão com o Estado pelas vias da luta armada. Para ter uma noção mais precisa do conceito de *habitus* no pensamento de Bourdieu, pode-se ler *Esboço de uma teoria da prática. Precedido de três estudos de etnologia Kabila. Oeiras: Celta, 1972*.

³ As duas agremiações que dominam ainda hoje a vida política da Colômbia são: o Partido Conservador, que se formou a partir do pensamento de Simón Bolívar, e o Partido Liberal, que nasceu do pensamento do general Santander. David Busnell afirma que ambos os partidos possuíam uma orientação liberal que pugnava por reformas sociais, diferenciando-se apenas pela disposição dos “*bolivarianos*” para fazer concessões à Igreja Católica (em Sanchez/Penaranda, 1986:79).

⁴ Todas as citações de textos foram traduzidas do Espanhol para o Português pelo autor do presente artigo.

⁵ Cf. SANCHEZ/PEÑARANDA, 1991:170-171.

⁶ Trecho publicado em Editorial, “El Censo Cafetero” en Boletín de Estadística 1:15, febrero, 1933, pg.117.

⁷ É interessante conferir a análise que faz PÉCAUT desse período da história colombiana (1987:107-184).

⁸ Em dezembro de 1934, o jornal *Unirismo* informava que era preparado um protesto em algumas regiões “cafeiras”. Camponeses pobres e pequenos cultivadores, possuidores de uma economia de auto-sustento, se organizaram em comissões de 30 a 50 pessoas para exigir mais controle e equidade no pagamento de salários nas grandes plantações. À reivindicação do salário somaria-se, posteriormente, a reivindicação pela propriedade da terra, cuja bandeira será assumida pelas Ligas Camponesas, as quais congregavam as comissões que operavam nos diversos latifúndios da região cafeteira, sob liderança dos próprios camponeses.

⁹ A grande maioria dos colonos procedia principalmente dos estados de Caldas e Antioquia.

¹⁰ Mesmo contando com a participação de voluntários da sociedade civil, a coordenação das “brigadas de paz”, era responsabilidade do Exército Nacional. Entre as atividades realizadas durante as “brigadas de paz” destacam-se as seguintes: corte de cabelo, extração de dentes, revisão médica, distribuição de alimentos e de medicamentos e cadastro da população.

¹¹ Quando foi confirmado o operativo militar contra Marquetalia, além da mobilização dos camponeses houve uma série de manifestações de apoio nas cidades. Tal vez o caso mais significativo foi o do Padre Camilo Torres, que, depois de romper com a Igreja Católica, abandonou suas ocupações na academia universitária e se incorporou ao grupo guerrilheiro ELN, tornando-se, após sua morte, um símbolo das lutas revolucionárias.

¹² Para Manuel Marulanda Vélez, atual chefe das FARC-EP, se o governo tivesse tomado a iniciativa de gerar créditos bancários para apoiar os camponeses em suas iniciativas agrícolas, em lugar de pretender aniquilar a forma como conduziam sua vida comunitária, o conflito armado colombiano hoje não existiria, dado que a guerrilha nunca teria adquirido os traços bélicos que hoje a caracterizam. Ver o depoimento completo em ALAPE, 1985:266.